

Mulheres mineiras estão organizadas pela reconstrução do Brasil | Ana Pimentel

22/03/2023

Este artigo estreia minha coluna quinzenal no Brasil de Fato MG. E, para começar este espaço de opinião, é fundamental falar sobre o dia 8 de março, que é historicamente um dia importante para as mulheres e deve ser marcado como um dia de luta.

As explicações do porquê dessa data possuem diversas narrativas, que, em alguns casos, buscam invisibilizar o seu caráter de resistência, fazendo-o passar como algo celebratório da feminilidade, do cuidado, como homenagens que reforçam os estereótipos de gênero estabelecidos na nossa sociedade.



Em contraposição a essa imagem que é “vendida” pela mídia neoliberal, devemos nos lembrar da história que vincula esse dia com a segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas que aconteceu em Copenhague, na Dinamarca, em 1910, onde a marxista alemã Clara Zetkin sugeriu um dia para que as mulheres trabalhadoras organizassem ações de reivindicações por direitos, ainda muito vinculado à pauta do voto.

Sete anos depois, no dia 8 de março de 1917, as russas organizaram a marcha “Pão e paz”, considerada como ação fundamental na luta contra o czarismo e como um dos marcos do início do processo revolucionário. Em 1921, a Conferência Internacional das Mulheres Comunistas definiu que seria então esse o dia de luta das mulheres, reconhecido pela ONU em 1975.

Continuidade da luta das mulheres

Sendo assim, compreendendo o 8 de março como o Dia Internacional de Luta das Mulheres, diversos movimentos sociais e feministas se organizam ao redor do mundo. Neste ano de 2023, em Minas e no Brasil saímos às ruas com o lema “Pela vida das mulheres: em luta contra a fome, pela democracia e pelo bem viver”.

O último período custou muito à vida e aos direitos das mulheres. A retirada de direitos conquistados, o reforço da ideia de que o nosso lugar deve ser restrito ao espaço privado do lar, que devemos ser unicamente responsáveis pelo trabalho invisível e não-remunerado de cuidados e de reprodução são características do avanço do conservadorismo e da extrema-direita.

Por isso, em um momento de esperança e reconstrução nos colocamos como protagonistas dos desafios impostos pela conjuntura e conectadas com as pautas que mais tem penalizado as mulheres trabalhadoras, do campo e da cidade.

Defender a democracia é defender a garantia dos direitos integrais das mulheres, comprometidos com o avanço da fome, que atingiu os lares brasileiros, em sua maioria, chefiados por mulheres. Defender o bem viver é defender um país que garanta a sustentabilidade da vida, que seja contra a mercantilização de nossas vidas e nossos corpos, que valorize os saberes tradicionais e os alimentos da agricultura familiar.

Nos avanços que já temos conquistado neste breve 2023, o anúncio de mais políticas voltadas para as mulheres é fundamental, mas também queremos disputar o orçamento, a discussão previdenciária e de tributação para que não sigamos desconsiderando a realidade das mulheres, trabalhadoras, negras e LBTs.

Ações feministas em todo o estado

Em Minas Gerais, tivemos atividades que se iniciaram no dia 7 com o Acampamento Pedagógico das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que reuniu mulheres de todo o estado na capital mineira, ocupando a praça da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e também com atividades no Aglomerado da Serra.

Ao longo do dia 8, vários foram os atos de rua e rodas de conversa, presenciais e virtuais, protagonizados por mulheres auto-organizadas nas cidades mineiras, como Juiz de Fora, Barbacena, São João del Rei, Cataguases, Além Paraíba e Lavras.

Sem dúvidas, saímos desses dias mais preparadas e alinhadas nas pautas centrais para mudar a vida das mulheres no processo de reconstrução do país, mas também mais fortes para enfrentar o governo Zema, que se coloca como principal bastião do bolsonarismo e da extrema-direita no nosso país, e que seguirá ameaçando nossas vidas, nossos direitos e nossos corpos nos próximos anos. Não por acaso, atualmente, Minas Gerais é o estado com o maior número registrado de feminicídios.

É fundamental que sigamos ocupando as ruas, as redes e os roçados

Durante todo mês de março, muitas agendas de luta aconteceram. Destacamos o dia 14 de março, data que marca o assassinato de Marielle, hoje um dia de luta por memória e justiça, que também passa a ser o Dia Nacional Marielle Franco contra a violência de gênero e raça na política.

O assassinato de Marielle fere a nossa democracia. Descobrir os mentores desse crime é fazer justiça para o povo. Na Câmara Federal, temos a legislatura com maior número e a maior diversidade de mulheres da história da recente democracia brasileira: somos 91 mulheres eleitas, com mais indígenas e, pela primeira vez, com duas mulheres trans.

Sabemos os desafios que enfrentaremos pela frente, pois não queremos apenas ocupar a política, mas sim transformá-la, para que possamos mudar o mundo e a vida das mulheres. Para isso é fundamental que sigamos ocupando as ruas, as redes e os roçados em defesa do país e das Minas Gerais que queremos.

Ana Pimentel é deputada federal pelo PT-MG. É médica defensora do SUS, docente no Departamento de Medicina da Universidade Federal de São João del Rei e pesquisadora da saúde coletiva.

Via Brasil de Fato MG.